

LIMPEZA URBANA

Com novo corte de serviços, repasse à Solurb cai R\$ 1,5 milhão

Custo mensal com trabalhos da empresa, atualmente em R\$ 7,5 milhões, não poderá passar de R\$ 6 milhões

EDUARDO MIRANDA

A Prefeitura de Campo Grande pretende reduzir em R\$ 1,5 milhão o repasse mensal à CG Solurb, concessionária responsável pelos serviços de coleta de lixo e limpeza urbana em Campo Grande. Atualmente, o município direciona, todos os meses, um valor médio de R\$ 7,5 milhões à empresa, o objetivo é que este compromisso não ultrapasse os R\$ 6 milhões.

A redução de repasses será acompanhada de corte de serviços. Poda de canteiros, capina e limpeza de bueiros estão entre as ações que serão reduzidas. Por hora, não haverá alteração no sistema de coleta de lixo, até mesmo por tratar-se de uma operação cuja demanda é permanente. A prefeitura porém, conforme informou ontem o diretor da Agência Municipal de Regulação de Recursos Públicos (Agereg), ainda negocia pagar um preço menor pelo lixo coletado em Campo Grande. "Existem tratativas neste sentido, e nos próximos dez dias poderemos dar mais detalhes", disse. Caso as previsões da prefeitura se concretizem, a redução de serviços poderá representar uma economia de R\$ 18 milhões aos cofres públicos nos próximos 18 meses.



CORTE. Trabalho de limpeza executado pela Solurb será reduzido

IMPACTO

O Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos, Rudi Fioresi, explicou que a redução de alguns serviços executados pela Solurb não terão grande impacto sobre a população. "Nesta época do ano, chove menos, e a estratégia é aumentar o intervalo das roçadas", detalhou. Atualmente, os canteiros das avenidas da Capital são submetidos a poda a cada 20 dias. No novo cronograma, o serviço só seria feito em um prazo de 30 a 40 dias após a roçada.

Caso os próximos meses sejam, de fato, menos chuvosos, o município ainda assim economizará na coleta

40

DIAS

Para reduzir o custo da operação da Solurb, a prefeitura da Capital aumentará o intervalo de poda dos canteiros de 20 para 40 dias. Capina e limpeza de bueiros também serão afetadas

de lixo. Fioresi alega que o lixo seco pesa bem menos, e esta situação é confirmada na balança do aterro sani-

tário. O secretário, porém, não soube estimar o peso médio do lixo coletado diariamente em Campo Grande. Até o ano passado, a Solurb coletava, em média, 800 toneladas de resíduos em Campo Grande.

Sobre a prefeitura absorver parte dos serviços de limpeza urbana que eram executados pela Solurb, Fioresi informou que isto não será mais possível. "Não há pessoal nem maquinário para executar esse serviço", justificou. "Agora, por exemplo, nossas equipes estão concluindo a limpeza de toda a Avenida Gury Marques", complementou.

Em março, quatro bairros de Campo Grande deixaram de receber os serviços de poda, capina e limpeza de bueiros: Tiradentes, Jockey Clube, Nova Bahia e uma parte do Carandá Bosque. Na época, por causa da redução dos serviços e dos repasses, a empresa desligou parte de sua equipe.

ALTO VALOR

A relação contratual entre Prefeitura de Campo Grande e CG Solurb, que teve início em 2012, sempre foi tensa. O alto valor do repasse sempre esteve no foco de todos os impasses.

Quando o contrato foi assinado, em outubro de 2012, o município repassava, em média, R\$ 3,5 milhões para a Solurb executar seus serviços. Este valor chegou a R\$ 9 milhões em 2014.

De março 2015 a março deste ano, os repasses à Solurb eram feitos por meio de bloqueio de verbas repassadas por outros entes federativos à Capital, como o Fundo de Participação dos Municípios e a participação na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

TRAUMA

VALDENIR REZENDE



DEMORA. Projeto de anexo da Santa Casa sofrerá novos ajustes

Obra de hospital vai atrasar pelo menos 60 dias

NATALIA YAHN

Supostas mudanças na obra do Hospital do Trauma, exigidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), levaram a Santa Casa de Campo Grande a anunciar atraso na entrega da construção. Inicialmente prevista para ser inaugurada até o fim de junho, a unidade deveria ser entregue em outubro. Agora, a estimativa é de que a obra sofra pelo menos 60 dias de atraso na entrega e a operacionalização comece somente a partir de dezembro.

O diretor-presidente da Associação Beneficente de Campo Grande (ABCG), Esacheu Nascimento, confirmou a dilatação do prazo em dois meses, em razão de problemas no projeto. A assessoria de imprensa do hospital, porém, informou que alterações necessárias para operacionalização do novo hospital foram detectadas pelo setor de engenharia da Santa Casa e informadas à Anvisa. Várias pequenas modificações devem ser autorizadas pelo órgão federal, para que a obra tenha continuidade.

Os detalhes "técnicos" exi-

gem, por exemplo, a mudança do lugar de instalação de portas em salas onde, no futuro, serão instalados depósitos. Estes não podem ter as portas abertas para determinados locais, conforme orientação e exigência de duas resoluções da Diretoria Colegiada (RDC). Porém, procurado pela reportagem, o órgão responsável pelas normas dentro da Anvisa, a Gerência de Tecnologia em Serviços de Saúde, disse não estar ciente da situação do Hospital do Trauma.

A Secretaria de Estado de Saúde também não sabia do atraso anunciado ontem por Esacheu. O órgão estadual informou que comissão técnica da SES esteve em reunião na Santa Casa, no dia 31 de maio, quando o diretor confirmou o início do funcionamento do Hospital do Trauma em outubro. Além da extensão do prazo para finalização da obra, a assessoria do hospital não informou sobre a necessidade de mais recursos para conclusão. Esta etapa da obra custa R\$ 8,7 milhões. Toda ela custará R\$ 23 milhões até o fim do processo.

CAPITAL

Governo vai pavimentar 8 km de vias no Indubrasil

Com previsão de asfaltar aproximadamente 8 quilômetros de vias no Indubrasil, núcleo industrial de Campo Grande, a Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul) prevê investimentos de R\$ 8,1 milhões. A primeira etapa deve contemplar duas vias, as avenidas Principal 1 e 2, uma delas dá acesso à ADM do Brasil - empresa especiali-

zada em comércio de produtos agropecuários.

A obra, de acordo com a Secretaria de Estado de Infraestrutura (Seinfra), prevê pavimentação asfáltica de 48 mil m² de área e drenagem de águas pluviais. O aviso de lançamento de licitação - do tipo menor preço - foi publicado ontem no Diário Oficial do Estado (DOE), com abertura das

propostas no dia 3 de julho. O objetivo é a contratação de empresa especializada para a execução das obras no núcleo, ainda sem previsão de início.

Em março deste ano, a Seinfra divulgou que iria revitalizar as vias do Indubrasil, com restauração e pavimentação, inicialmente nas ruas de acesso às indústrias. Os recursos para a obra

PAULO RIBAS



ASFALTO. Entrada do bairro está entre as vias contempladas

são do Fundo de Apoio à Industrialização (FAI), gerenciado pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (Sema-de). (IV)

BR-262

Contra decisão da Justiça, famílias fecham rodovia

As 69 famílias que ocupam há mais de 30 anos área de antiga fazenda no Distrito de Indubrasil, na Avenida Noroeste, às margens da BR-262, protestaram ontem de manhã contra ordem judicial de despejo. A manifestação começou por volta das 7 horas e seguiu até as 12h30min. A rotatória da rodovia, na altura do Anel Viário, foi fechada de todos os lados.

O grupo formado por, pelo menos, 150 pessoas reivindicava presença de alguma autoridade da prefeitura para ajudar a desenrolar o processo judicial, que determinou a desocupação da área até dia 12 de junho.

Moradora do local há 20 anos, Cíntia Cristina de Lima, 33 anos, afirma que há anos as famílias lutam na Justiça para regularizar a área onde moram, situação nunca resolvida. "A região toda era uma fazenda. Em 1992, a Justiça queria que os proprietários indenizassem as famílias que estavam aqui. Eles não pagaram e o processo foi arquivado", conta.

Depois disso, Ronaldo Aires Viana, novo proprietário da área, reabriu a ação.

PROBLEMA

Conforme reportagem publicada em 28 de setembro de

2016, o advogado Josué Ferreira - que representa o proprietário da área, Ronaldo Aires Viana -, afirmou que a reintegração de posse da área iria acontecer. "Já existe definição sobre isso. Mas é muito fácil para a prefeitura resolver. Não é uma questão administrativa, é política. Basta desapropriar e regularizar tudo. Não é interesse do proprietário expulsar as famílias".

A ação poderia forçar o município a adquirir a área de, pelo menos, 8,5 hectares, de acordo com o advogado do proprietário, comprada por Viana por apenas R\$ 50 mil em 2009, pelo valor que seria de mercado, o qual atualmente chega a um total de R\$ 1.445.000,00. Isso porque cada metro quadrado estaria avaliado em aproximadamente R\$ 17.

VALDENIR REZENDE



PROTESTO. Rodovia foi fechada ontem, no Bairro Indubrasil

CAPITAL

Prefeito cogita estender prazo para taxa de iluminação

Prefeito de Campo Grande Marcos Trad cogita parcelar valor retroativo do Custeio da Iluminação Pública (Cosip) em até 12 vezes. O prazo anunciado, por enquanto, é de seis meses. A intenção foi apresentada pelo Procon, com objetivo de amenizar o impacto da cobrança no bolso do consumidor. O município cobrará retroativamente R\$ 42 milhões, referentes ao tempo em que a lei ficou suspensa.

MEDIOTECH

Abertas inscrições para cursos técnicos em escolas estaduais

Estão abertas no site da Secretaria Estadual de Educação (SED) (www.sed.ms.gov.br) as inscrições do Programa MédioTec, que oferece 20 cursos em diversas áreas profissionais, como Administração, Enfermagem, Química ou Hospedagem. Os cursos técnicos, disponíveis em 37 municípios, serão acompanhados de ensino regular, como previsto na reforma do ensino médio. Alunos em vulnerabilidade social terão prioridade.

FLEXPARK

Tarifa de estacionamento poderá subir até 50%

BARBARA CAVALCANTI

A Agência Municipal de Regulação de Serviços Públicos (Agereg) recebeu pedido da Flexpark, concessionária do Sistema de Estacionamento Regulamentado de Campo Grande, para reajustar o valor cobrado por hora estacionada na região central. Atualmente, cada hora custa R\$ 2.

O reajuste da tarifa poderia ser de até 50%. A hora estacionada poderia chegar a R\$ 3. Vi-

nícius Leite Campos, diretor da Agereg, informou ontem que o pedido, feito há 10 dias, está na câmara técnica da agência. Depois de aprovado, será encaminhado ao conselho de regulação e, posteriormente, ao prefeito. "O contrato prevê reajuste anual, mas não há reajuste há dois anos. Os estacionamentos privados já tiveram aumento. Alguns já passaram para R\$ 10 a hora", expressou o gerente da Flexpark Flávio Silva.